

Termo de Referência 284/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
284/2024	158009-INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	MARCELO ASSIS DE ALMEIDA	24/10/2024 13:20 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23411.015912/2024-25

1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto do presente pregão, selecionar para possível contratação, pessoa jurídica para aquisição de LICENÇAS DE SOFTWARE, para atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com menor preço unitário por item

Quadro I: Detalhamento do item da licitação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	DeepFreeze - Software para restauração de sistema operacional nas plataformas windows 7, 8.1 e 10 e 11 Licença SaaS - Subscrição de 3 anos com suporte e atualização	27502	Unidade	1.045	R\$ 334,01	R\$ 349.040,45

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#).

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, dada a existência de padrões de mercado que permitem a fixação de critérios de qualidade e de desempenho.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que os softwares listados no Termo de Contrato são de uso das áreas de comunicação e acadêmica, são fornecidos na modalidade de cessão temporária de uso (12 meses) e anualmente faz-se necessário realizar processo de contratação, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o ônus financeiro e de força de trabalho para a instituição.

1.5. O objeto da contratação não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022.

1.6 O objeto da contratação atende ao ANEXO I - CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS AGREGADOS - da IN SGD nº 94/2022.

1.6.1 *É vedado Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões relativa ao período em que o órgão ou entidade tenha ficado sem cobertura contratual;*

1.6.2 *É vedado incluir cláusula que direta ou indiretamente exija a contratação conjugada de serviços de suporte técnico e de atualização de versões, quando não houver a necessidade de ambos."*

Quadro II: Quantidades demandadas por campus

ESPECIFICAÇÃO	CAMPUS	QTDE
DeepFreeze - Software para restauração de sistema operacional nas plataformas windows 7, 8.1 e 10 e 11 Licença SaaS - Subscrição de 3 anos com suporte e atualização	Curitiba	250
	Ivaiporã	140
	Londrina	250
	Pitanga	45
	Paranaguá	210
	Umuarama	150

2. Fundamentação da contratação

2.1. A descrição da solução e a fundamentação da contratação, incluindo o quantitativo, encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

2.2 O objetivo deste processo é atender as demandas do Instituto Federal do Paraná por softwares educacionais e de gestão através da aquisição de Software Educacional.

2.3. Os resultados a serem alcançados com a contratação deste software será objetivado no melhoramento do nível de segurança das informações contidas nos computadores de uso do público em geral – docentes, discentes, visitantes, administrativos - minimizando os riscos de infecção dos computadores por vírus que possam se disseminar pela rede causando prejuízo físicos e intelectuais incalculáveis. Além disso, melhora o desempenho e aumenta o intervalo de tempo entre manutenções dos computadores. O usuário encontrará o sistema no padrão desejado, sem alterações, aumentando assim sua eficiência acadêmica e administrativa tanto em termo de configurações quanto nos programas instalados e descartando os dados pessoais no momento da reinicialização, assegurando que outra pessoa não utiliza estas informações para outros fins..

2.4. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.4.1. Alinhamento aos Planos Estratégicos

2.4.1.1. Objetivos Estratégicos -

Alinhamento ao PDTI IFPR (2023- 2024)

O objeto da contratação também está alinhada a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) 2023/2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL

- Objetivos Estratégicos
- Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação;
- ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS
- Objetivos Estratégicos
- PETIC - Garantir infraestrutura adequada para manter e suportar as soluções de TIC (2020/2024)

A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFPR, PDTI 2023-2024 e encontra-se alinhada com a necessidade de Licenças Diversas de Software no que se refere:

- Adequar infraestrutura de TI
- Buscar excelência acadêmica e potencializar a acessibilidade dos alunos às atuais demandas do mercado de trabalho.

2.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- Atendimento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTI do IFPR vigente.
- Aumentar a disponibilidade e continuidade dos serviços de TI;
- Garantir recursos materiais e infraestrutura de TIC necessários ao desempenho das atribuições institucionais
- Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica
- Otimização das infraestruturas de tecnologia da Digital

3. Descrição da solução

3.1 Aquisição de Licença Software Educacional para atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná

3.2. Espera-se obter os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais.

3.3 Aquisição via Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, para atender as necessidades do Instituto Federal do Paraná pelo período de 12 (doze) meses conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no documento, bem como nos instrumentos que farão parte do processo licitatório.

3.4. A opção da escolha da aquisição pelo Sistema de Registro de Preços – SRP decorre da necessidade de aquisições frequentes e parceladas, bem como do fato de que essa é a forma de aquisição que melhor se adéqua ao planejamento institucional do IFPR.

3.5. A contratação do objeto dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços do por Menor Preço por item. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A licitação segue a regra geral de dividir a solução em itens.

3.6. As empresas licitantes deverão atestar a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

3.8. Características gerais da solução:

3.8.1. Licenças de Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

3.9. Os softwares elencados neste processo são para uso acadêmico, já utilizados no IFPR.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

5.1.1. Aquisição de licenças de software para as áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração.

4.1.2. Segurança de Rede;

Requisitos de Capacitação

4.2. Não se aplica.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), ao Decreto 10.332, de 28 de abril de 2020, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos Temporais

4.4. A empresa CONTRATADA deverá atender os prazos abaixo listados sob pena de multa por não atendimento dos mesmos:

Responsabilidade da Empresa Contratada	Tempo de Execução
Entrega das licenças nos locais físicos ou através de site/link para download:	Até 30 dias úteis;

4.5 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente na data da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.6. As Licenças poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7. As Licenças serão recebidas definitivamente no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório de 05 dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

4.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

4.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.10. Deverão ser fornecidas apenas licenças novas, de uso exclusivo, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, a reutilização de licenças ou chaves de acesso provenientes de contratos de terceiros

4.11. Os materiais objeto desta licitação deverão ser disponibilizados por meio de mídia física ou de Chave de Acesso do Software através do endereço ou e-mail de cada Campus registrado no Quadro Modelo de Execução do Objeto Tabela II.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.12. Todo acesso necessário à infraestrutura de TIC será acompanhado por um servidor de TIC do IFPR.

4.13. A empresa contratada deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo resguardando que os recursos, dados e informações de propriedade da CONTRATANTE, e quaisquer outros, repassados por força do objeto desta licitação e do contrato, que constituam informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.14. Não se aplica ao objeto deste processo.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.15. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.16.1. Descrição para cada item no Quadro de Especificações Mínimas, apêndice deste termo de referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.17. Não se aplica pois não se trata de processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, nem documentação.

Requisitos de Implantação

4.28. Os serviços de instalação e configuração quando demandados serão fornecidos pela empresa vencedora conforme será detalhado no Termo de Referência e Quadro de Especificações Mínimas.

Requisitos de Garantia

4.19. O prazo de garantia contratual dos bens, considerando a garantia legal, somada às garantias estendidas é de, no mínimo, 12 (doze) meses.

4.20. A garantia será prestada com vistas a manter os softwares em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.21. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva e evolutiva quando couber, pelo fabricante /desenvolvedor.

4.22. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos softwares, e evolutiva a atualização do software com ganho de funcionalidades.

4.23. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

Requisitos de Experiência Profissional

4.24. Não se aplica ao objeto deste processo.

Requisitos de Formação da Equipe

4.25. Não se aplica ao objeto deste processo.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.26. . O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Autorização de Fornecimento de Bens (AFB) emitida pela Contratante.

4.27.. Entre outras formas indicadas neste TR, a comunicação entre IFPR e as empresas vencedoras se dará por e-mail;

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.28. Os colaboradores da empresa contratada, bem como esta, deverão assinar termo de ciência e termo de manutenção do sigilo.

Requisitos de Sustentabilidade

4.29. A licitante deverá cumprir os seguintes requisitos de uso racional de recursos:

4.29.1. Deverá entregar os documentos solicitados na forma digital, com vistas a evitar ou reduzir o uso de papel e impressão, em atendimento ao Art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010);

Requisitos de Capacidade Técnica

4.30. A licitante deverá comprovar que já forneceu os softwares solicitados e que tem capacidade de atender às quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

4.31. No caso em que seja a primeira vez que ofertará o software ou serviço (SaaS) deverá comprovar através de declaração do fabricante que tem o apoio do mesmo para o fornecimento do software ou serviço (SaaS).

Requisitos de Compatibilidade Técnica

4.32. Os softwares deverão ser aderentes aos sistemas operacionais utilizados no IFPR quando for aplicável.

Subcontratação

4.33. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto

4.34. Não será solicitada amostras do objeto a ser adquirido.

Garantia da Contratação

4.35. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Da exigência de carta de Solidariedade

4.36. *Não será exigida carta de solidariedade.*

Vistoria

4.37. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

4.38. Descritivo: Licença atual pelo uso de software de segurança para ambiente corporativo que ofereça a proteção contra vírus e desconfiguração indesejada através de técnicas de congelamento/snapshot do hard disk. Treinamento de 1 hora. Com suporte e atualizações por 36 meses. - Modelo de referência – Deep freeze Cloud ou similar

4.39 O software deve:

- Ser atual (última versão);
- Fornecer aplicação de segurança para ambiente corporativo que ofereça a proteção contra vírus e desconfiguração indesejada através de técnicas de congelamento/snapshot do hard disk. É imprescindível que todas as alterações não autorizadas feitas ao sistema operacional e aos dados do hard disk sejam desfeitas com o reinício do computador.
- Gerência de dados consistentes através de unidades virtuais.
- É fundamental que o software ofereça console de gerenciamento central com interface gráfica, ou seja, aplicação cliente-servidor com console de gerenciamento, também deve oferecer controle do sistema através do uso de senhas com prazo de utilização.
- Suporte aos sistemas operacionais Windows 7/8/8.1/10, 11 ou superior.
- O software deve oferecer suporte e total integração com as atualizações periódicas do sistema operacional. O software deve conter mecanismos de auto-upgrade ou atualização a fim de permitir suporte a novas versões do sistema operacional Windows.
- Deve permitir implantação silenciosa nas estações através do console de gerenciamento do programa.
- O software deve ser flexível e configurável, de forma a permitir que o administrador libere ou bloqueie partes específicas do hard disk para gravação, de forma que seja possível criar espaços em disco onde a gravação consistente dos dados seja permitida, deve proteger o MBR do disco contra a injeção de códigos maliciosos.
- Treinamento do console de gerenciamento de 1 Hora para 2 pessoas online
- Modelo de referência – Deep freeze - Cloud Basic ou similar.

4.40 Requisitos de sistema

- Deve ser compatível com Windows XP SP2+, Vista, 7, 8.1, 10, 11 em suas versões 32 ou 64bits;

4.41. Proteção

- Deve garantir a restauração total da estação de trabalho no momento da reinicialização;
- Deve permitir proteção por senha das ações de ativação ou desativação da proteção direta da estação de trabalho do cliente/usuário;
- Deve proteger um número indefinido de discos e partições contidos em uma estação de trabalho;
- Deve suportar ambientes de inicialização múltipla;
- Deve ser compatível com a funcionalidade de troca de usuário do sistema operacional Windows;

- Deve suportar discos rígidos SCSI, ATA, SATA e IDE; e NVME;
- Deve suportar os sistemas de arquivo FAT, FAT32 e NTFS básicos e dinâmicos;3.8. Deve apresentar interface em Inglês dos Estados Unidos e em Português do Brasil;
- Deve proteger o registro de inicialização mestre (MBR) contra eventuais alterações;
- Deve permitir a predefinição de senhas para utilização em determinada estação de trabalho com diversas datas de ativação ou validade;
- Deve permitir a geração de senhas criptografadas não reutilizáveis ou senhas com validade de 24h;
- Deve permitir a desativação de teclado e mouse durante acesso remoto para execução de
- determinada tarefa;
- Deve fornecer ferramenta para criação de arquivos de instalação personalizados;
- Deve possibilitar a reinicialização de computadores em estado de logoff, ou seja, sem que haja usuário autenticado;
- Deve permitir a configuração para desligamento automático de estação de trabalho após um período pré-definido de inatividade;
- Deve permitir a automação de atualizações do Windows permitindo a reinicialização ou desligamento automático após o término da instalação das atualizações;
- Deve permitir a definição de períodos de manutenção para atualização efetiva do sistema operacional e demais programas;
- Deve permitir a execução de arquivos em lote, batch file ou scripts;
- Deve permitir a configuração de até 8(oito) diretórios de exceção onde é possível a criação, alteração e armazenamento permanente de arquivos;
- 3.20. Deve permitir o armazenamento em cache de atualizações do sistema operacional Windows mesmo quando a estação de trabalho encontrar-se em estado de proteção;
- Deve permitir o uso de WSUS para atualizações do Windows.

4.42. Gerenciamento

- Deve possuir ferramenta para gerenciamento centralizado em nuvem;
- Deve permitir a programação de tarefas de reinicialização, desligamento, Wake-on-LAN, ativação e desativação do estado de proteção;
- Deve permitir o gerenciamento das estações de trabalho a partir da definição de diferentes políticas de configurações;
- Deve permitir a criação de diferentes grupos e subgrupos com filtros automáticos.
- Deve permitir a atualização de todos os arquivos de instalação pré-existentes;
- Deve permitir o acionamento remoto do modo de manutenção sob demanda, permitindo que a estação sofra alterações em suas configurações.
- Deve permitir acesso e gerenciamento via aplicativo para smartphones, IOS e Android.
- Deve permitir integração com o AD (Active Directory) para importação do servidor de domínio;
- Deve permitir que sejam desabilitados o mouse e o teclado da estação de trabalho durante o processo de atualização;

4.43. Certificado

- O fornecedor do software no Brasil deverá ser representante autorizado do fabricante.
- Deep Freeze Cloud. Basic

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O responsável administrativo da reitoria/câmpus do IFPR emitirá a autorização de fornecimento de bens ou serviços para a entrega do software.

5.1.2 O Contratado deverá fornecer os softwares com as mesmas configurações e quantidades definidas na Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.

5.1.3 O recebimento provisório e definitivo dos softwares é disciplinado em tópico próprio deste TR

5.1.4. O recebimento provisório e definitivo dos softwares é disciplinado em tópico próprio deste TR

Quadro III: Endereço dos Campus

CAMPUS/UNIDADE	ENDEREÇO
CAMPUS CURITIBA	Rua João Negrão, nº 1285 - Rebouças. CEP: 80230-150 - Curitiba/PR. E-mail: compras.curitiba@ifpr.edu.br
CAMPUS IVAIPORÃ	Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial. CEP: 86.780-000. Ivaiporã/PR. E-mail: compras.ivaiporã@ifpr.edu.br
CAMPUS LONDRINA - CENTRO	Rua João XXIII, 600 - Jardim Dom Bosco, Praça Horace Well. CEP: 86060-370 - Londrina/PR E-mail: compras.londrina@ifpr.edu.br .
CAMPUS LONDRINA - NORTE	Bloco Didático Nova Sede - Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade. CEP: 86077-080. Londrina/PR E-mail: compras.londrina@ifpr.edu.br .
CAMPUS PARANAGUÁ	Rua Antônio Carlos Rodrigues, 453 - Porto Seguro. CEP: 83215-750 - Paranaguá/PR. E-mail: compras.paranaguá@ifpr.edu.br
CAMPUS PITANGA	Rua José de Alencar, 1080 - Jardim Planalto. CEP: 85200-00 - Pitanga/PR E-mail: compras.pitanga@ifpr.edu.br
CAMPUS UMUARAMA	Rodovia PR 323 KM 302 - Parque Industrial . CEP: 86.870-000. - Umuarama/PR E-mail: tic.umuarama@ifpr.edu.br

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

5.2 . O prazo de entrega das licenças está descrito no item 4.4 deste TR, contados do envio da Autorização de Fornecimento do Bens e da Nota de Empenho;

5.3. Todos os itens constantes na nota de empenho devem ser entregues no mesmo momento, nas condições

5.3.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Formas de transferência de conhecimento

5.4. Não se aplica.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Mesmo finalizada a vigência da Ata de Registro de Preços a CONTRATADA é responsável pelo suporte e garantia dos softwares pelo prazo definido neste TR. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens para comparação e controle

5.6. Cada AFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo de entrega, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

5.7. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

5.7.1. Autorização de Fornecimento de Bens ou Serviços;

5.7.2. E-mails.

Formas de Pagamento

5.8. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na norma da Lei nº14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das*

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilas

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato(Lei nº14.133/2021, art. 120).

6.16. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato(Lei nº14.133/ 2021, art 121 §1º).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Liquidação

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data da emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar; e

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,00016438 de correção monetária.

Forma de pagamento

7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- 8.2. *O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.*

Da Aplicação da Margem de Preferência

- 8.3. *Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:*

Decreto nº 7.174/2010

Art. 5º Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

- I. - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o
- Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- II. - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- III. - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder
- Executivo Federal.

Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do caput terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

Exigências de habilitação

- 8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva..

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.*

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 349.040,45

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 349.040,45 (Trezentos e Quarenta e Nove Mil, Quarenta Reais e Quarenta e Cinco Centavos)**

9.2. Para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

9.2.4. A opção pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pela imprevisibilidade de se estimar com exatidão a liberação de todo recurso orçamentário previsto para o exercício. Assim, o *Campus* pode planejar suas compras e de acordo com a liberação da LOA, providenciar as devidas compras.

9.2.5 Ademais, quanto a permissão para adesões extraordinárias, considerando a especificidade dos materiais (atender demandas específicas) e os parâmetros definidos para o objeto desta contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WESLEY DELALIBERA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 10:33:58.

JEAN CARLOS MENDES DA ROCHA

Direção de Planejamento e Administração



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 11:36:04.

GIANCARLO DA ROCHA FERNANDES

Membro da comissão de contratação

THAMIRES DE SOUZA SOARES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 13:20:56.

MARCELO MAZZETTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 09:53:18.

RODRIGO ALVES ZUCARELLI

Membro da comissão de contratação

ANDRE PERES RAMOS

Membro da comissão de contratação

ANDRE LUIS RIBEIRO

Membro da comissão de contratação

ROVILSON ENDRIGO MORAES

Membro da comissão de contratação

REINALDO BENEDITO NISHIKAWA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 10:57:04.